

Os índios pataxós não fazem segredo do culpado pelo incêndio no Parque Nacional de Monte Pascoal, na Bahia: eles próprios. Confessam isso sob o argumento de que incendiaram a reserva para retirar a madeira e vender. Mas, advertem: acendem e apagam os focos. Só que, nos últimos dias, alguns focos não puderam ser controlados — por causa da seca de três meses na região — e atingiram a área da reserva.

Os incêndios começaram há três meses, e nesse período os pataxós derrubaram cerca de 1.500 metros cúbicos de madeira nobre, que já está cortada na reserva, pronta para a venda. O lote foi apreendido pela Polícia Federal e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBMA).

Os pataxós dizem que são donos da madeira, conforme relataram ao repórter **Biaggio Talento**, da Agência Estado. E foram até pedir autorização à Funai (no município de Eunápolis) para vender o lote. Voltaram sem resposta. Poti Recanã, um dos líderes dos pataxós, explicou que a tribo precisa de dinheiro para comprar um carro: "Quando alguém precisa de médico, a gente carrega pela estrada (distância de 20 quilômetros) até conseguir transporte para um hospital. Por isso muito índio morre sem assistência".

Somente com a derrubada de árvores é que os pataxós conseguem renda para sobreviver. São 200 famílias que vivem na aldeia Boca da Mata, onde começou o incêndio. Eles também confeccionam peças de artesanato para vender aos turistas. Mas o lucro é pequeno. E se queixam da falta de assistência da Funai e dos guardas florestais do IBMA, que reprimem o desmatamento e a caça no parque.

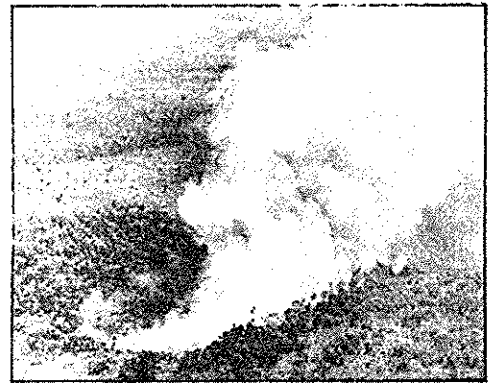
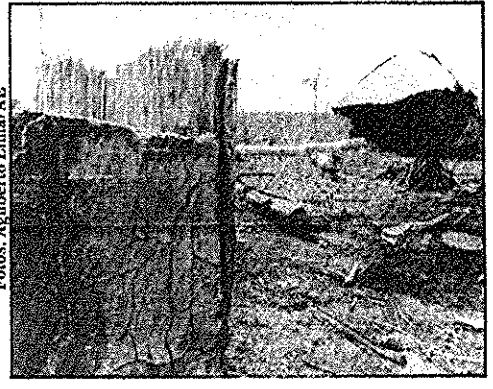
"A gente não tem sementes, não tem roupa, não tem assistência médica, não tem nada. A Funai só aparece aqui uma vez por ano. Para completar, não deixam que a gente venda a madeira da nossa reserva nem permitem que a gente caça. Como é que os pataxós vão viver?", reclama o índio Valdemir Ferreira, um dos mais velhos da aldeia.

Exploração

Os pataxós, em busca da sobrevivência, são presas fáceis para os madeireiros da região sul da Bahia. Eles fornecem motoserra aos índios e pagam quase nada pela madeira derrubada — cerca de NCz\$ 30,00 por metro cúbico que revendem por NCz\$ 700,00 e até NCz\$ 2 mil.

O almoço dos pataxós é basicamente pirão de farinha de mandioca. Não há facilidade para se conseguir alimento e isso os torna subnutridos e vulneráveis às doenças, principalmente pneumonia. "Sempre que vem algum médico aqui, ele diz que a gente fica doente porque não tem o que comer", disse Poti.

Os guardas florestais discordam dos pataxós, afirmando que eles se fazem de vítimas e recebem assistência da Funai. O guarda Benjamin Nascimento acusa o índio de ser inimigo da reserva e estar destruindo o parque que ele "ajudou a fundar em

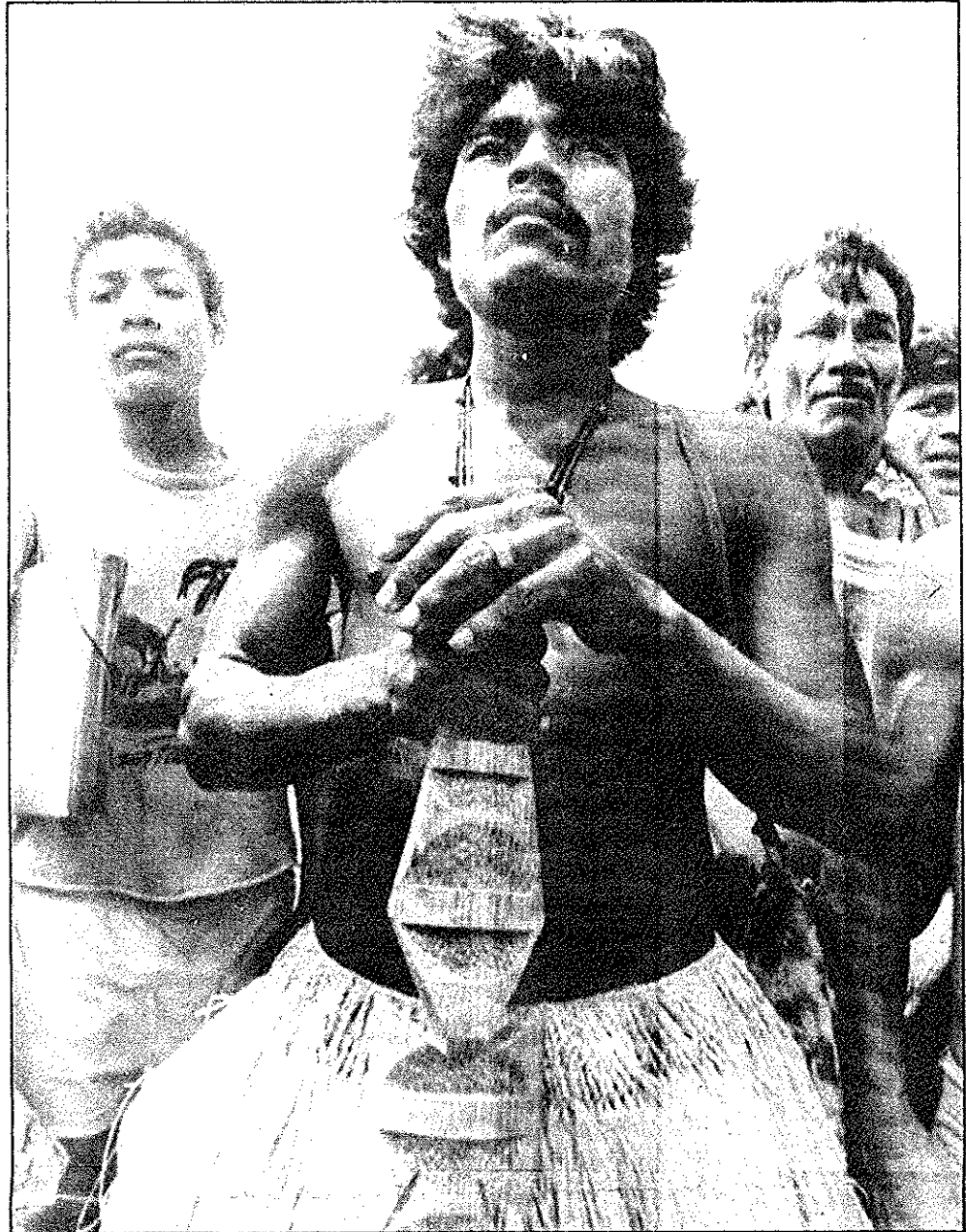


A reserva do Parque de Monte Pascoal foi desmatada e queimada pelos índios pataxós, que alegam cortar a madeira para vender e conseguir dinheiro para se alimentar. Eles vendem a madeira a preços baixos, para madeireiros da região.

Ambiente

Eles dizem que acendem os focos e depois apagam. Mas, com a seca, é difícil controlar o incêndio.

E os índios pataxós confessam: queimaram a reserva do parque para vender madeira.



1962". Ontem, os guardas florestais — protegidos pela Polícia Federal — foram inspecionar as áreas devastadas pelos pataxós na região fronteira entre a reserva indígena e o parque: encontraram vários buracos na mata, sendo que o maior deles devastou cerca de dois hectares. No terreno existem muitas toras de madeira cortada e prontas para a venda. Há troncos de jacarandá, imbaúba, paraju, canaíba, ipê e a quase extinta piqui — proibida de ser comercializada pela Portaria 94, de 31/3/87, do governo federal.

Deficiência

O IBMA mantém apenas dois guardas florestais para vigiar o parque. Além de o serviço ser deficiente, a legislação criada para proteger o meio ambiente é confusa e ineficiente. Anteontem, por exemplo, um caminhão foi apreendido com sete metros cúbicos de madeira, na entrada de Itamaraju, município vizinho a Monte Pascoal. O motorista não tinha a guia de transporte e a carga ficou retida.

A lei também protege quem desmatar dentro de sua propriedade. Basta pedir uma vistoria da área ao IBMA para que seja fixada a quantidade de metros de madeira a ser retirada. Com a guia, qualquer madeireiro pode comprar a madeira dos índios, retirada do Parque Monte Pascoal, e dizer que foi obtida em uma fazenda autorizada pelo instituto.

Enquanto os órgãos do governo não resolvem os problemas dos índios nem realizam uma proteção eficiente do parque, o pouco que resta da Mata Atlântica na região sul da Bahia está sendo atacado por centenas de empresas, incluindo-se as estatais instaladas na área. Segundo o Grupo Ecológico Mata Atlântica (Gema), a multinacional Bralanda, que fica no município de Nanuque, exporta compensado extraindo 50 carretas de madeira por dia, no extremo sul baiano. A Flanibra, subsidiária da Vale do Rio Doce, tem um projeto de desmatamento de 10 quilômetros quadrados para a região, a ser desenvolvido, conforme denunciou o Gema.

Morte

Sertanistas da Funai estão investigando denúncia sobre a morte de índios arredios que habitam a região do rio Cuminapanema, afluente da margem esquerda do rio Amazonas, norte do Pará. Esses índios nunca antes contatados pelos brancos teriam morrido de malária, segundo informações da missão religiosa Novas Tribos do Brasil, que se encontra na região à revelia da Funai, trabalhando na catequização.

Intriga

Já o cacique Megaron, diretor do Parque Indígena do Xingu, disse ontem em Brasília que não passa de uma intriga "de índios enciumados e de setores do governo" a notícia de que ele e seu tio, o cacique Raoni, estariam cobrando 600 mil dólares do cantor Sting pela divulgação de fotos no Exterior: "Estão tentando jogar a gente contra o Sting. São pessoas do governo, porque não querem que o índio brasileiro receba apoio de entidades internacionais, e alguns índios, por não terem sido convidados para a viagem".

"Estado de emergência" em Cubatão, se chover mais um pouco.

A Prefeitura de Cubatão poderá decretar a qualquer momento "estado de emergência", caso os boletins de meteorologia indiquem a possibilidade de fortes chuvas na região da serra do Mar. O "estado crítico" foi decretado desde as 22h15 de quarta-feira, quando o Setor 6, que compreende as áreas das indústrias, atingiu o índice pluviométrico acumulado de 257mm, valor acumulado de 84 horas. O limite para a passagem do estado de "atenção" para "crítico" é de 250mm. Ainda ontem foram constatados deslizamentos na Cota 200, de onde a Comissão Municipal de Defesa Civil de Cubatão — Comdec — removeu sete famílias.

Ontem pela manhã, o presidente da comissão, Dalton Leal Dias, aguardava apenas um telex do setor de meteorologia para remover, ou não, preventivamente, as 264 famílias que habitam os bairros-cota, e que ainda permanecem nas áreas de risco I e II, de acordo com laudos do Instituto de Pesquisas Tecnológicas e Instituto Geológico.

A Comdec está divulgando boletins periódicos, através das emissoras de rádio locais, conclamando os moradores a deixar suas habitações se a situação se agravar. Das 22h15 de quarta-feira até o meio-dia de ontem foram removidas dez famílias.

Os deslizamentos registrados nas encostas da serra do Mar, em Cubatão, nos morros de Santos e de São Vicente não foram surpresa para os técnicos do IPT e do IG, chamados às pressas para vistoriar a região. As ocorrências foram assinaladas na carta geotécnica dos morros de Santos e de São Vicente, elaborada em 1981. As áreas de risco foram novamente apontadas no Plano Preventivo de Defesa Civil implantado na estação chuvosa de 88/89 em municípios da Baixada Santista. Com o aumento das chuvas, só a prefeitura de Cubatão tomou providências, removendo famílias dos bairros-cota.

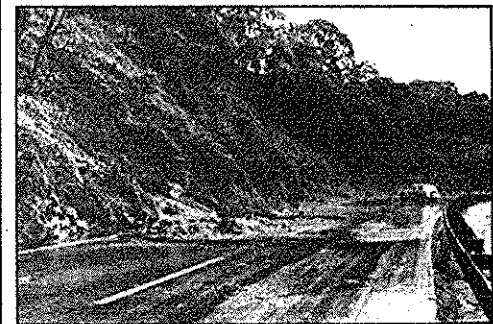
A prefeitura de São Vicente chegou a receber o documento encaminhado pelo IPT na primeira quinzena de fevereiro deste ano, mas não o levou a sério, segundo observaram os técnicos no contato feito com os engenheiros do município, durante a vistoria ao morro do Itararé onde, na quarta-feira, duas pessoas morreram e uma ficou gravemente ferida devido a uma avalanche

de pedras e lama que atingiu três moradias nos fundos do edifício 96 da rua Constituição, após fortes pancadas de chuva.

No relatório técnico entregue ontem ao prefeito de São Vicente, Antonio Fernando dos Reis (PFL), os técnicos do IPT e do Instituto Geológico deixaram clara a necessidade da execução de estudos detalhados voltados à recuperação e consolidação do morro, que mostra a presença de blocos e lajes de rocha e porções de solo em situação instável. Eles acreditam na possibilidade da ocorrência de novos escorregamentos, que poderão atingir mais construções no sopé do morro mesmo com a interrupção das chuvas.

Os técnicos dos dois institutos de pesquisa ouviram as justificativas do prefeito Reis de que a atual administração tomou posse há pouco mais de dois meses, sem muito tempo para preparar um esquema preventivo de chuvas, e ouviram também os elogios à prefeitura de Cubatão, que, embora com o mesmo tempo de administração, tomou as providências cabíveis, removendo a população das encostas antes que a situação se agravasse na serra. Desde as 17 horas de quarta-feira até a madrugada de ontem ocorreram nove deslizamentos de terra na via Anchieta, no trecho da serra do Mar. E existe o perigo de novas quedas de barreira se as chuvas continuarem. Apesar da quantidade de terra que desceu às pistas, o tráfego não foi interrompido, pois a maioria dos deslizamentos ocorreu na pista Norte, que estava interditada. Ali duas equipes do Dersa concluíram a limpeza das pistas na manhã de ontem.

Outras duas quedas de barreiras ocorreram na manhã de ontem na SP 122, entre as cidades de Ribeirão Pires e Paranaíplacaba.



Na Anchieta, deslizamento em vários pontos da pista Norte.

Amazônia: preservada mas paga.

Os países desenvolvidos que usam seus benefícios climáticos seriam taxados

A Amazônia é o gigantesco filtro que purifica todo o lixo lançado na atmosfera pelos países desenvolvidos. É também a máquina infalível que propicia ininterruptamente o calor necessário para que o inverno nos países do hemisfério Norte fora da região dos trópicos não seja tão rigoroso. Por tudo isso, "por que não estipular uma taxa a ser paga pelos países beneficiados que querem manter essa região intocada?"

A tese pode parecer esquisita. Mas é de um dos mais respeitados cientistas brasileiros, o físico com pós-graduação em Meteorologia em Massachusetts, Luiz Carlos Molion, do Instituto de Pesquisas Espaciais (Inpe), um dos especialistas mundiais em climatologia da Amazônia e requisitado pela Nasa, a Agência Espacial Norte-Americana, para realizar experimentos naquela região.

"Acho essa taxa extremamente justa, pois a comunidade internacional vive apregoando que a área deve continuar intocável sem que possamos realizar sua ocupação, mesmo que racional", diz Luiz Carlos Molion.

O cientista do Inpe garante que a floresta exporta cerca de 1 trilhão de megawatts por hora. Cada megawatt/hora é equivalente à queima de um barril de petróleo, "o que significa que por hora a Amazônia produz, em forma de calor, 1 trilhão de barris de petróleo que, ao preço de US\$ 17 o barril quer dizer que a Amazônia exporta o equivalente a US\$ 17 trilhões por hora". Por isso, Molion assegura que "os países beneficiados pela energia em forma de calor transportado deveriam pagar uma taxa para a manutenção dessa máquina fantástica.

O problema do ozônio

A criação de um organismo internacional, no âmbito da ONU, com autoridade para combater os problemas ambientais, como a redução da camada de ozônio, e assegurar que todos os países respeitem os compromissos de reduzir a poluição ambiental. Esta é a proposta de França, Holanda e Noruega que deverá ser discutida na Conferência Internacional do Meio Ambiente, sábado, em Haia, capital da Holanda. O problema do ozônio inspirou a realização da conferência. Mas ela já causou polêmica: as superpotências não foram convidadas, nem todos os países da Comunidade Econômica Européia (CEE). Margareth Thatcher já disse que não irá porque se opõe à criação de um novo organismo internacional.

Um plano para acabar com as queimadas

O projeto do governo envolve mil pessoas e vai custar dois milhões de dólares

Se depender dos planos do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis, este ano a situação das queimadas na região amazônica será bem diferente do que aconteceu em 1987 e no ano passado. Em 87, para se ter uma idéia, as queimadas destruíram cerca de 20 milhões de hectares na Amazônia, sendo 8 milhões em áreas de florestas.

Esta semana, no encerramento do encontro que discutiu o programa **Nossa Natureza** em Manaus, o instituto apresentou um plano emergencial de proteção florestal contra as queimadas, que deve custar ao governo federal algo em torno de dois milhões de dólares. O projeto vai mobilizar mais de

mil pessoas, contando com a ajuda do Exército, da Polícia Federal, da aviação comercial e de nove helicópteros, que deverão ser cedidos pela Aeronáutica. O objetivo, segundo Luciano Pizzatto, diretor de Parques Nacionais do extinto IBDF, é "minimizar o problema". Pizzatto espera que, até julho, no final da época das chuvas na região, as primeiras equipes móveis já estejam em campo, não apenas para agir preventivamente contra as queimadas, mas também conscientizando a população local para a preservação: "Não basta apenas reprimir", ele comenta.

Serão criadas nove equipes móveis e 22 fixas e a proposta do governo inclui ainda

a ajuda da aviação comercial, que passaria informações sobre as queimadas na região a partir da observação dos pilotos. Para agilizar o trabalho das equipes móveis e fixas, uma coordenação central em Brasília receberá e processará as informações, passando-as para as áreas em foco. O instituto identificou 12 pontos considerados críticos nos nove estados da Amazônia Legal — Amazonas, Acre, Amapá, Mato Grosso, Maranhão, Pará, Roraima, Rondônia e Tocantins —, onde trabalharão inicialmente as equipes móveis. Essas equipes, com a ajuda do Exército e da Polícia Federal, atuarão levantando barreiras para impedir o contrabando e o desmatamento predatório, além de agir imediatamente no início da queimada.

Asa-delta, um esporte proibido em Cubatão.

A Secretaria de Estado do Meio Ambiente vetou a construção de uma rampa de decolagem de asa-delta em Cubatão, com a justificativa de que o esporte iria prejudicar o Parque Estadual da Serra do Mar, uma

área de 309.938 hectares. A pista é uma antiga reivindicação do Clube de Vôo Livre do Litoral Paulista e, a despeito do veto da secretaria, a inauguração da rampa

foi anunciada para o dia 9 de abril, quando Cubatão comemora 40 anos de emancipação política. De acordo com o secretário Jorge Wilhelm, o Parque da Serra do Mar é uma reserva fechada onde não pode haver o tráfego de pessoas. Ele ressaltou que seria preciso abrir picadas para se criar uma via de acesso à pista de decolagem, o que pressupõe a derrubada de árvores. O veto da secretaria baseou-se em estudos topográficos e da situação da vegetação local feitos pelo Instituto Florestal.